

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE PESQUISA SOBRE PENSAMENTO MITOLÓGICO EM COMUNIDADES NEGRAS RURAIS

CONSIDERATIONS ABOUT THE RESEARCH PROCESS ON MYTHICAL THINKING IN RURAL BLACK COMMUNITIES

Leandro HAERTER

IF-SUL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Pelotas – RS – Brasil – 96.015-560. UFPel – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS – Brasil. 96010-770 – leandro@pelotas.ifsul.edu.br

RESUMO: Este artigo emerge de nosso Projeto de Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, que trata da auto-identificação de uma comunidade negra rural específica enquanto quilombola, enfatizando sua memória coletiva, sua ancestralidade escrava e seu território como elementos fundamentais deste processo. Nesta oportunidade, apresentamos uma versão modificada do texto utilizado como requisito parcial para a conclusão da disciplina “Mitologia, Ritual, Fronteira”, ministrada no referido Curso, que realiza algumas considerações pertinentes ao pensamento mitológico em comunidades negras rurais, no Sul do estado do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento mitológico. Comunidades negras rurais. Auto-identificação quilombola. Memória coletiva. Territorialidade.

ABSTRACT: *This article emerges from our Social Science Master Thesis Project, that deals of the self-identification of a specific rural black community while “quilombola”, emphasizing their collective memory, their slave acesry and their territory as fundamental to this process. In this opportunity we present a modified version to the text used as a partial completion to the discipline “Mitologia, Ritual, Fronteira”, studied in the said Course, that performs some relevant considerations to the mythological thinking in the rural black communities, in Sul of the Rio Grande do Sul state.*

KEYWORDS: *Mythical thinking. Rural black communities. “Quilombola” self-Identification. Collective memory. Territoriality.*

1 Introdução

O presente trabalho¹ tem origem em nosso Projeto de Dissertação de Mestrado intitulado *Uma Etnografia na Comunidade Negra Rural Cerro das Velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola*, o qual versa sobre o processo de auto-identificação desta comunidade negra rural como quilombola, bem como sua vinculação ao território compreendido como o Cerro das Velhas (HAERTER, 2008).

Nesse sentido, este trabalho trata de modo mais abrangente da questão do pensamento mitológico como elemento presente na construção de identidade e territorialidade de comunidades negras rurais em processo de autoidentificação como quilombolas. Assim, a título de ilustração, utilizamos um mito existente em uma comunidade negra rural da Zona Sul do Rio Grande do Sul: o “Galo de Ouro”² e, em seguida, avançamos para uma discussão sobre algumas considerações relevantes ao processo de pesquisa acerca do pensamento mitológico em comunidades negras rurais.

Também tecemos algumas reflexões sobre a especificidade de um mito fundador da comunidade negra rural Cerro das Velhas, precisamente pela figura emblemática das “senhoras bondosas” ou “velhinhas bondosas” que deram origem à referida comunidade, levantando algumas questões metodológicas importantes referentes ao trabalho de campo com a temática mitológica.

2 Pensamento mitológico: algumas considerações relevantes ao processo de pesquisa

Os mitos são teorias sobre o mundo. Normalmente, travestidos de uma linguagem específica, não estão comprometidos com a coerência ou busca de um significado “concreto”, “determinado”. Tratam da dinâmica do universo, dos conflitos e embates entre seres humanos e divindades, dos problemas e limites dos seres, dando sentido à ordem de acontecimentos nos quais as pessoas estão vinculadas. São apresentados na forma de narrativas que “situam”

¹ Versão modificada do Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão da disciplina “Mitologia, Ritual, Fronteira”, ministrada no primeiro semestre letivo de 2008 pelo Prof. Dr. Rogério Reus Gonçalves da Rosa, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

² O mito do “Galo de Ouro” encontra-se melhor explorado em “Descobri que tem raça negra aqui” (SURITA; BUCHWEITZ, 2007).

determinado grupo social em um dado espaço (território) ocupado por outros seres, não-humanos (seres da natureza e da sobrenatureza). Tais narrativas mostram contextos aparentemente sem coerência, fortes embates, personagens emblemáticos, etc.

O pensamento mitológico, nessa perspectiva, dá conta da ordem do inconsciente das pessoas, daquilo que está no plano do invisível, constituindo a tradução dessas narrativas em um dos papéis do etnólogo quando da realização de seu trabalho de campo.

A fim de ilustrar as considerações que seguem a respeito do pensamento mitológico, optamos por citar um mito presente em uma comunidade negra rural específica – Comunidade Quilombola Monjolo, do município de São Lourenço do Sul, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se do mito do “Galo de Ouro”, conforme a narrativa abaixo:

MINHA AVÓ CONTAVA QUE LÁ NAQUELE CERRO havia quem visse um galo de ouro, cantando, nas primeiras horas da madrugada. Diziam que quem pegasse o galo ficaria dono de enorme tesouro, já que o galo cantava onde havia ouro enterrado.

Um dia, uma comadre que morava aqui ouviu o galo cantar, e tão lindo era que ela pediu ao compadre que o pegasse para ela. E eles entraram então no mato, atrás do canto do galo.

Mas o galo sempre parecia cantar no galho da próxima árvore... e quando se corria até lá, ele já havia escapado, e estava na árvore mais além. O compadre e a comadre não desistiram até que o pegaram.

Quando isso aconteceu, já era noite alta e eles estavam no meio do mato. E tão lindo era o galo, com as penas douradas, que a comadre, cansada, deitou no chão e, para que não fugisse, descansou a cabeça em cima do galo.

Mas os dois dormiram e o galo fugiu. E quando os compadres acordaram, lá estava o galo a cantar, na próxima árvore... (SURITA; BUCHWEITZ, 2007, p. 10-13, grifo do autor).

Ao nos defrontarmos com narrativas como a acima descrita, percebemos a importância do pensamento mitológico enquanto categoria útil para a análise e compreensão da visão de mundo de afrobrasileiros, quilombolas, negros, entre tantas outras identidades que podem estar sendo acionadas em um determinado momento ou cenário por coletivos sociais específicos.

O pensamento mitológico nos ajuda a entender essas narrativas conectadas à realidade dos sujeitos, pois proporciona conceitual útil para a compreensão de categorias que abarcam os planos do sensível e do invisível, a partir de uma dimensão da ordem simbólica, própria da temática.

À medida que reconhecemos que diferentes identidades possam estar sendo acionadas e construídas na realidade de comunidades negras rurais, inclusive, pelo atravessamento de outros seres, percebemos a necessidade de algumas considerações, trazendo aspectos e tensões destas identidades.

Nessa realidade, podemos considerar ainda, a particularidade de que alguns membros de uma determinada comunidade se identificam como quilombolas e outros não, mostrando essas construções e hesitações, bem como outras categorias identitárias que se filiam. Outra discussão possível é em que medida essas noções/afiliações estabelecem diferentes relações em um mesmo contexto social? E quanto à articulação destas comunidades negras rurais com os mitos presentes em outras comunidades negras rurais próximas? Sobretudo, metodologicamente falando, torna-se de extrema importância, apresentarmos o caráter temporal de nossos textos, pois muito possivelmente em futuro próximo eles serão diferentes e terão incorporado outros elementos.

Muito embora cada indivíduo ou grupo necessite do outro por causa da manifestação e demarcação de identidade, existem elementos que os unificam e outros que os distanciam, por isso devemos prestar atenção nos rituais, nas religiões e nas diferentes manifestações da cultura. Esses elementos são definíveis com precisão pela observação etnográfica que, na perspectiva de Geertz (1989), a partir de um processo de “descrição densa” é possível perceber variados critérios de classificação e de diferenciação presentes na realidade cotidiana de grupo específico. Neste sentido,

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: o risco elaborado para uma “descrição densa” [...] (GEERTZ, 1989, p.15).

A etnografia, enquanto método capaz não de apreender o “ponto de vista do nativo” em sua totalidade mas sim de dialogar com ele, é de fundamental

importância para a compreensão da realidade êmica de comunidades negras rurais, tendo em vista que suas técnicas possibilitam o encontro das formas como as pessoas constroem e atribuem significados nas relações com seu grupo social e seu dia a dia.

Nesta perspectiva, os processos descritivos próprios da etnografia valorizam o empírico e os significados que as pessoas atribuem aos eventos ordinários. A etnografia, assim, é interpretativa, pois busca apreender e interpretar significados que, por sua vez, podem ser descritos e analisados com densidade (GEERTZ, 1989).

No que se refere à questão da construção da identidade dos sujeitos contemporâneos como sendo forçadas em um momento de crise, Hall (2006) entende que um momento histórico específico possibilita que os sujeitos transitem entre várias categorias identitárias, com fronteiras cada vez menos delimitadas e por vezes contraditórias, por isso, o autor defende a idéia de que no contexto histórico atual, vivemos uma “crise de identidades”. Portanto, essas diferentes (e “novas”) identidades constituem sistemas classificatórios que podem ser ampliados para outras dimensões, como, por exemplo, para o universo simbólico de uma determinada comunidade negra rural.

Dessa maneira, o próprio termo “quilombola” não apresenta um significado único, pois não é utilizado da mesma forma do Norte ao Sul do país. No caso de comunidades negras rurais da Zona Sul do Rio Grande do Sul, estas possuem vinculação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, com a Igreja, etc. mas existem outros sistemas que podem estar operando na realidade dessas comunidades – como o mitológico, por exemplo – e isso nos cabe traduzir, enquanto etnólogos, marcando as relações sociais e percebendo suas sutilezas presentes nos elementos culturais, identitários, de demarcação de fronteiras, entre outros.

É nesse sentido que precisamos considerar o pensamento mitológico, compreendendo os sistemas classificatórios que operam em determinada conjuntura e, a partir disso, adaptarmos nossa teoria.

Podemos abstrair da narrativa anterior uma relação dos homens com outros seres, no caso, dos homens com o “Galo de Ouro”, e refletir sobre alguns elementos que esse recurso oral nos traz: o tesouro que o Galo possui; o heroísmo em conseguir capturá-lo; a sua fuga; o fato de o Galo voltar a cantar na próxima árvore..., cuja descontinuidade é própria do pensamento mitológico.

Mesmo reconhecendo que a ordem da cultura está permeada por uma série de delimitações, a partir de uma narrativa – que é processual, em constante ressignificação – podemos perceber como se dá a montagem dos sistemas classificatórios dos sujeitos envolvidos.

Muito provavelmente o “Galo de Ouro” seja um mito eleito pela força da cultura de determinada comunidade, uma vez que cada grupo humano estabelece os seres e sua classificação. Portanto, seu estudo pode ser útil no sentido de adensarmos, nos termos de Geertz (1989), no rico universo de significações que uma comunidade negra rural específica estabelece entre si e entre os variados grupos com os quais mantém contato.

Em termos de metodologia, por conseguinte, é fundamental o entendimento do sistema classificatório que está marcando determinada narrativa, bem como a compreensão de sua hierarquia (relações de ordem simétrica e assimétrica) quando houver, pois esses elementos podem colaborar significativamente para a forma como determinado grupo atribui significados ao seu cotidiano, à natureza e à sobrenatureza.

Entrando na especificidade de nosso Projeto de Pesquisa, que visa a compreensão do processo de auto-identificação quilombola, vivido pela comunidade negra rural Cerro das Velhas³, nos deparamos com uma memória coletiva muito específica. Esta memória é frequente em suas narrativas, apontando a figura emblemática das “velhas” que deram origem à referida comunidade a partir de uma “deixa” de terras, senhoras “bondosas”, fazendeiras, proprietárias de cativos e de uma grande extensão de terras, solteironas que não tiveram descendentes e que registravam os filhos dos seus escravos com seu sobrenome Mendes.

O referido “mito fundador” da comunidade negra rural Cerro das Velhas, apreendido pela etnografia realizada junto à mesma, nos possibilita a compreensão de um parentesco “por adoção” dos filhos dos escravos com relação a estas senhoras que, conforme narrativas que se repetem entre muitos interlocutores, doavam “de boca” suas terras para os seus escravos. Nas palavras do presidente da Associação Quilombola Cerro das Velhas:

³ A comunidade negra rural Cerro das Velhas encontra-se na localidade da Armada, 5º Distrito do município de Canguçu, Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. A mencionada comunidade constitui um território misto, formado principalmente por negros e “alemães”. Mantém relações de complementação econômica (BARCELLOS et al., 2004) com o meio urbano e possui aproximadamente 45 famílias que vivem da agricultura, aposentadorias, criações e prestação de serviços. Também se torna importante destacar que nesta comunidade há fortemente a presença de narradores, no sentido atribuído por Benjamim (1994), capazes de fazer a transmissão oral da experiência, ressignificando o vivido em experiência compartilhada.

[...] o que eu sei é que elas gostavam, vinham criando esses negrinhos e os negrinhos se criavam, ficavam rapaz, moços, agarravam mulher ou casavam, ‘onde é que eu vou morar?’, ‘onde é a minha posse?’, ‘onde é a minha casa?’, ‘tu faz a tua casinha, escolhe lugar, faz a tua casinha’, ‘ah, eu vou fazer lá, na tal figueira tal, na pedra essa, na pedra aquela’, ‘pois então faz lá’. Os negrinhos delas nasciam, iam se criando, elas iam cuidando deles também. Os negrinhos se criavam, ‘onde é que eu vou fazer a minha casinha?’, ‘faz aí, em tal lugar’. A população ia crescendo e eles se expandindo. (Depoimento de Roberto Matos, colhido em fevereiro de 2009).

Este contexto nos mostra que a comunidade em questão se refere, muito carinhosamente, às velhas que doaram suas terras aos seus escravos e que acabaram por originar o nome da comunidade do “Cerro das Velhas”. Além disso, as narrativas nos remetem a possíveis estratégias de territorialização dos escravos pela aquisição de terras, negociação com as senhoras escravocratas que primavam pela conquista de uma maior autonomia⁴ no seio do sistema escravista.

As narrativas apontam a crença em uma procedência comum (WEBER, 1991), pois os atuais negros de sobrenome Mendes, membros da comunidade negra rural Cerro das Velhas, se veem como descendentes dos escravos das velhas escravocratas, de modo que estas se configuram como ancestrais fundadoras da comunidade. Assim, nos termos de Anjos e Silva (2004, p.28):

A identidade das referidas comunidades negras rurais ou das denominadas terras de preto baseia-se na crença em uma origem comum, articulando-se internamente e mantendo uma regularidade nos padrões de comportamento.

Contudo, atendo-nos à proposta deste texto – discutir metodologia e pensamento mitológico, apontamos a “descrição densa” (GEERTZ, 1989) como um empenho possível para se adentrar no universo simbólico das representações e do próprio pensamento mitológico. Torna-se central compreender, nessa perspectiva, como o mito opera nas lutas/reivindicações sobre território. Território não confundido como espaço ou mapa geográfico, mas como área delimitada por questões materiais e imateriais. Como defende Segato (2005, p.2, grifo do autor):

⁴ Acreditamos que esta busca por autonomia seja um dado interessante sobre um viés específico da resistência negra/permanência dos negros em determinado território no pós-Abolição, questão que ainda apresenta aspectos historiográficos a serem levados em consideração.

A noção de *território* é de uma ordem mais acessível, porque o termo já nasce como representação. É, por assim dizer, *espaço representado e apropriado*, uma das formas de apreensão discursiva do espaço. Mas não qualquer forma de apreensão. [...] Território alude a uma apropriação política do espaço, que tem a ver com sua administração e, por tanto, com sua delimitação, classificação, habitação, uso, distribuição, defesa e muito especialmente, identificação.

A questão do vínculo com o território assim como a própria autoidentificação quilombola, no caso da comunidade negra rural Cerro das Velhas, está acomodando uma série de conceitos do Estado e de organizações não-governamentais – ONGs – e esse processo está favorecendo a comunidade uma ressignificação de sua memória coletiva e de sua identidade, em favor de projetos futuros e coletivos. Assim, “[...] *A identidade não é gerada porque se compartilha um território comum, mas é a identidade que gera, instaura o território [...]*” (SEGATO, 2005, p.14, grifo do autor).

Uma outra questão metodológica que levantamos, é a necessidade do conhecimento, por parte do etnólogo, da realidade dessas comunidades em que determinados mitos foram criados e se reproduzem até hoje, por exemplo, sua relação ou distanciamento com a África (ou seja, elaboram sua memória como sujeitos vinculados ao Continente Africano?), em que outras comunidades o mito do “Galo de Ouro” se faz presente? E a questão do relevo, como as pessoas significam a partir de uma ordem mitológica a natureza que os cerca?

A concepção de memória coletiva de Halbwachs (1990) tem uma importância decisiva na estruturação deste texto à medida que apresenta uma função social bastante significativa, que é a manutenção de uma “comunidade afetiva”, presente no processo de interação social entre os indivíduos. Este conceito nos ajuda a pensar a figura das velhas escravocratas que deram origem à comunidade negra rural Cerro das Velhas, em especial como esta memória está sendo ressignificada, o quanto se distancia da memória dita “oficial” e como possibilita a conexão entre o passado e projetos futuros e coletivos.

A partir da memória (estrutura sincrônica) e da História (diacronia), pode-se chegar aos ancestrais fundadores e à origem das comunidades, contribuindo significativamente para um processo de “demarcação” de um território específico e assim o pensamento mitológico se coloca como uma categoria de análise fundamental na luta dessas comunidades por sua reivindicação territorial. Mesmo

porque a própria disputa de terras pode fazer com que as pessoas conectem suas narrativas míticas a narrativas históricas, possibilitando uma ressignificação entre elas.

Importante também é termos a clareza de que um mito não é encerrado em uma única sociedade ou cultura. Ao contrário, um mito atravessa grupos e culturas, pois as pessoas se comunicam, trocam informações e circulam nos mais distintos contextos. No caso da comunidade negra rural Cerro das Velhas, por exemplo, seus líderes já moraram em outras comunidades e frequentemente a representam em eventos e atos políticos, narrando o mito das “velhas bondosas” para outros grupos. Portanto, acreditamos que não devemos ficar restritos a um narrador e sim que devemos estar atentos a outros narradores do mesmo espaço, a fim de percebermos como as narrativas são construídas e articuladas ao discurso, suas semelhanças, diferenças e até mesmo versões.

Assim sendo, certamente uma questão analítica da maior relevância seja, a exemplo de Lévi-Strauss (1993, p.152) no texto “A gesta de Asdiwal”, “[...] isolar e comparar os *diversos níveis* em que o mito se situa: geográfico, econômico, sociológico, cosmológico [...]” e ainda “[...] comparar as *diferentes versões* umas com as outras, procurando identificar as variações que as distinguem, ou ao menos distinguem algumas delas [...]”, uma vez que desse mito específico, existem quatro versões, de acordo com o autor.

Dessa maneira, teríamos outras versões do mito em quadros geográfico, econômico, sociológico e cosmológico, possivelmente diversos entre as narrativas, constituindo variadas versões de um mesmo mito, mostrando seu nível de articulação sociológica, narrativas estas amarradas a um conjunto de fatores, como a natureza, os personagens que a habitam, a língua falada... entre outros elementos ligados à cultura.

Soma-se a isso o fato de um mito ser incompleto por si só e, de certa forma, temos que mostrar sua articulação com elementos vinculados à biografia das pessoas, conectando-as à natureza e à cultura. Assim, um mito passa a ter um sentido efetivamente concreto para determinado grupo.

É comum também aparecer personagens históricos nas narrativas, de modo que as pessoas fazem relatos e torna-se um desafio para o pesquisador diferenciar um relato de uma ordem mítica de um relato histórico. Ao mesmo tempo, temos que ter ciência do nosso limite enquanto etnólogos, na medida em que somos interlocutores fazendo leituras, sempre em “segunda mão” (GEERTZ, 1989), em que o aparato mítico é útil para discutir toda uma

gama de representações presentes nos diferentes universos simbólicos dos sujeitos e grupos. Cabe lembrar que os agentes míticos são marcados pela descontinuidade, enquanto a História é marcada pela continuidade, utilizada normalmente para o preenchimento das lacunas deixadas pela abordagem sincrônica do pensamento mitológico.

Sob esta ótica, apontamos para a necessidade de compreendermos o pensamento mitológico articulado com o histórico, e nosso papel enquanto etnólogos é justamente apresentar as narrativas e análises com vistas aos pares de oposição (dualidades) encontrados, mostrando atributos da humanidade na natureza. Portanto, os mitos são habitados por muitas camadas de significação e nós temos a função de perceber quais elementos presentes nas narrativas são da História e quais são da ordem da mitologia.

Acreditamos que a existência concreta dos mitos no universo simbólico das pessoas deva ser buscada através de pesquisa científica específica, a partir da compreensão da sociedade/cultura de onde o elemento mítico provém, compreendendo que este não se encontra encerrado em uma única comunidade e sim atravessa sociedades, assim como pessoas de outras épocas que aparecem reincidindo na vida desses grupos. O acompanhamento das narrativas é de maior importância, por isso devemos adensá-las com uma maior profundidade, questão que o aparato metodológico etnográfico proporciona.

Assim, para se responder o que torna “verdadeiramente verdadeiro o conhecimento humano” (CRÉPEAU, 2005), precisamos introduzir em nossas análises a linguagem enquanto sentido das representações, pois ela nos dá uma nova dimensão na direção do imaginário e simbolismo afro. É nesse universo da comunicação que chegamos a um consenso, cuja avaliação varia de cultura para cultura e de indivíduo para indivíduo, o que depende da linguagem, em que o “verdadeiro” está vinculado a um processo de interação que é comunicacional.

3 Considerações finais

Este artigo, em seu simples objetivo de levantar algumas questões metodológicas relevantes ao processo de pesquisa acerca do pensamento mitológico em comunidades negras rurais da Zona Sul do Rio Grande do Sul, trouxe uma série de reflexões úteis aos diferentes processos de construção e ressignificação identitária dessas comunidades, bem como acerca de sua territorialidade.

A discussão realizada, além de constituir um esforço no sentido de desenvolver o objetivo proposto, não deixa de significar um certo choque com o pensamento ocidental que engessou a História como única verdade, como se houvesse uma verdade absoluta, pois em termos ocidentais o mito é tratado como fantasia, mas do ponto de vista do pensamento mitológico os eventos e narrativas fazem sentido à medida que estão atrelados a determinado universo simbólico e representações. A “concretude”, então, está no encontro dos diferentes sentidos dos personagens e feitos que se fazem presentes nas narrativas.

A partir das narrativas, especialmente de comunidades negras rurais, acreditamos ser importante apontar as relações entre mito e território, para melhor entender como ocorre a construção de sua identidade e também para sensibilizar as políticas públicas. Essa discussão se configura como importante, pois uma origem mítica pode acabar ajudando determinada comunidade nos processos de demarcação de identidade e de território, bem como no subsídio a relatórios técnicos, como é o caso de comunidades que reivindicam seu *status* jurídico de remanescentes de quilombos.

Por fim, acreditamos que nossa função enquanto etnólogos seja, inclusive, a de traduzir os variados sistemas classificatórios que se fazem presentes nos mitos das comunidades e grupos, a fim de perceber como atribuem sentido ao mundo natural e social e, sobretudo, como representam e (re)significam sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. C. G.; BAPTISTA DA SILVA, S. (Org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- BARCELLOS, D. M. et al. **Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- BENJAMIM, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-221.
- CRÉPEAU, R. R. Uma ecologia do conhecimento é possível? **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, v.7, n.1 e 2, p. 5-28, jul./dez. 2005.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAERTER, L. **Uma etnografia na comunidade negra rural cerro das velhas: memória coletiva, ancestralidade escrava e território como elementos de sua auto-identificação quilombola.** 2008. Projeto de Dissertação, Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. A gesta de Asdiwal. In: _____. **Antropologia Estrutural II.** 4.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 152-205.

SEGATO, R. L. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea.** Brasília: Ed. da UNB, 2005. (Antropologia, 373).

SURITA, R.; BUCHWEITZ, S. (Coord.). **Descobri que tem raça negra aqui.** Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007.

WEBER, M. Relações comunitárias étnicas. In: _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 3.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1991. v.1. p.267-277.